

A MULHER NO BRASIL IMPERIAL: PAPÉIS E RESISTÊNCIAS FEMININAS

Maria do Carmo Nunes

Leonardo de Carvalho Alves

Curso: História (EaD) Período: 8º Área de Pesquisa: Ciências Humanas

RESUMO: O presente artigo analisa o papel social e as formas de resistência desenvolvidas pelas mulheres no Brasil Imperial, buscando compreender como as relações de poder e as normas patriarcais moldaram suas experiências e limitaram sua participação na vida pública. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise histórica de fontes secundárias, permitindo examinar as representações sociais atribuídas às mulheres, suas condições de vida e trabalho e as estratégias que construíram para enfrentar as restrições impostas pela sociedade da época. Os procedimentos metodológicos contemplam a investigação das dinâmicas sociais que estruturaram os papéis femininos e a identificação das práticas cotidianas que expressaram resistência, desde ações discretas de contestação até formas mais explícitas de atuação em esferas culturais e políticas. Os resultados evidenciam que, apesar de submetidas a rígidas hierarquias de gênero, classe e raça, as mulheres não permaneceram passivas, assumindo funções essenciais na economia doméstica e regional, participando de debates intelectuais e engajando-se em movimentos sociais, especialmente aqueles voltados à abolição e à defesa de novas concepções sobre a condição feminina. A análise revela que essas práticas contribuíram para tensionar e, em certa medida, transformar os padrões sociais vigentes, ampliando gradualmente os espaços de autonomia e redefinindo o significado da atuação feminina no contexto imperial. Conclui-se que as mulheres exerceram um papel ativo e plural na construção da sociedade brasileira, sendo fundamentais para compreender a formação das relações de gênero e as permanências de estruturas desiguais que ainda se manifestam na contemporaneidade.

Palavras-chave: História da Mulher. Brasil Império. Gênero. Papéis sociais femininos. Resistência.

1. INTRODUÇÃO

O estudo do papel social e das formas de resistência das mulheres no Brasil Imperial permite compreender aspectos fundamentais da formação da sociedade brasileira e das estruturas de poder que a sustentaram. Durante o período imperial, entre 1822 e 1889, a organização social era marcada por hierarquias rígidas, baseadas em critérios de gênero, classe e raça. Nesse contexto, a mulher ocupava um espaço predominantemente definido pela domesticidade e pela subordinação ao homem, reflexo de uma cultura patriarcal que atribuía a ela funções restritas ao âmbito privado. No entanto, mesmo diante de tais limitações, as mulheres desenvolveram múltiplas formas de resistência, tanto explícitas quanto sutis, que desafiaram as normas estabelecidas e contribuíram para a transformação gradual das relações sociais.

A compreensão desse processo exige uma análise que ultrapasse a visão tradicional da mulher como figura passiva. É preciso reconhecer que, dentro das condições impostas pela sociedade imperial, muitas mulheres atuaram de modo decisivo na economia doméstica e regional, na educação, na cultura e, sobretudo, na luta por reconhecimento e autonomia. A resistência feminina manifestou-se de diversas maneiras — desde a transgressão de papéis sociais até o engajamento em movimentos abolicionistas e na imprensa — configurando um campo de ação que, embora limitado, foi essencial para a construção de novas perspectivas de gênero na história do país.

A questão que orienta esta pesquisa é: como as relações de poder e as normas patriarcais moldaram o papel social das mulheres no Brasil Imperial e de que maneira elas construíram estratégias de resistência nesse contexto? Daí, parte-se da hipótese de que, apesar da rigidez das estruturas patriarcais, as mulheres do período imperial não foram apenas vítimas dessas relações, mas também agentes ativas na construção de espaços de autonomia e contestação, mesmo que muitas vezes de forma silenciosa e não institucionalizada.

O objetivo geral deste estudo é analisar o papel social e as formas de resistência das mulheres no Brasil Imperial, compreendendo como as relações de poder e as normas patriarcais moldaram sua posição na sociedade. Para atingir esse propósito, buscou-se: descrever as representações sociais atribuídas às mulheres no contexto do Brasil Imperial e suas implicações nas práticas cotidianas; refletir sobre como a educação e os valores morais reforçaram o modelo de mulher ideal estabelecido; investigar as condições de vida e de trabalho feminino nas diferentes classes sociais e regiões do Império; identificar manifestações de resistência e as estratégias utilizadas pelas mulheres para desafiar ou negociar as normas patriarcais vigentes.

A relevância deste trabalho reside na necessidade de ampliar o olhar sobre a história social do Brasil, dando visibilidade às experiências e contribuições femininas frequentemente marginalizadas pela historiografia tradicional. Ao compreender as formas de resistência das mulheres no período imperial, torna-se possível reconhecer a complexidade das relações de gênero e sua influência na formação da identidade social brasileira. Essa análise contribui, ainda, para reflexões contemporâneas acerca da permanência de estruturas patriarcais e das lutas por igualdade de gênero.

A estrutura do trabalho está organizada em três capítulos principais. O primeiro aborda o contexto histórico e social do Brasil Imperial, com ênfase na construção dos papéis de gênero e nas normas que sustentavam o patriarcado. O segundo capítulo analisa as experiências cotidianas das mulheres e suas diferentes inserções na sociedade imperial, considerando fatores de classe, raça e região. O terceiro e último capítulo examina as diversas formas de resistência feminina, evidenciando como tais práticas contribuíram para redefinição do “ser mulher” no Brasil.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em revisão de literatura. Essa opção metodológica justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve a análise das representações, papéis sociais e formas de resistência das mulheres no Brasil Imperial — temas que exigem interpretação crítica e contextualizada, mais do que quantificação de dados.

O caráter qualitativo permite compreender os significados atribuídos às experiências femininas, bem como as dinâmicas socioculturais que estruturaram o papel das mulheres no período imperial. O enfoque descritivo busca apresentar, de forma sistematizada, as características e manifestações do fenômeno estudado, enquanto a análise crítica possibilita interpretar como as relações de poder e as normas patriarcais influenciaram a vida das mulheres e suas estratégias de resistência.

A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica que abrangeu artigos científicos, dissertações, teses e livros que tratam do papel social das mulheres, da formação patriarcal brasileira e das formas de resistência feminina no século XIX. O levantamento do material foi realizado em fontes acadêmicas de acesso público e reconhecida credibilidade, com destaque para o Google Acadêmico e a SciELO (Scientific Electronic Library Online).

Os critérios de seleção das obras incluíram a relevância temática, a contribuição teórica para o campo de estudos de gênero e história social, e a atualidade das publicações. Foram priorizados trabalhos produzidos nos últimos dez anos, garantindo uma atualização conceitual compatível com as discussões contemporâneas sobre gênero e poder. No entanto, também foram incorporadas obras clássicas, essenciais para compreender os fundamentos históricos e teóricos da questão feminina no contexto do Brasil Imperial.

O procedimento analítico consistiu na leitura, fichamento e categorização do material selecionado, com base nos eixos principais do estudo: a construção dos papéis de gênero, as condições de vida e trabalho das mulheres, e as diversas formas de resistência feminina. A partir dessa sistematização, procedeu-se à análise interpretativa e crítica das informações, buscando identificar convergências, divergências e lacunas na produção científica sobre o tema.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu construir uma visão ampla e fundamentada acerca das experiências femininas no Brasil Imperial, articulando diferentes perspectivas teóricas e contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre o papel social e a resistência das mulheres na história brasileira.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Contexto histórico do Império do Brasil

O Brasil Imperial constituiu-se como um espaço de contradições profundas. À sombra da modernidade política e das ideias liberais que orientaram o processo de independência e a construção do Estado nacional, formou-se uma sociedade rigidamente hierarquizada, assentada sobre bases patriarcais e escravistas. Entre os discursos de civilização, progresso e racionalidade, coexistiam práticas de exclusão e controle, especialmente dirigidas às mulheres, às pessoas escravizadas e às camadas populares.

Essas contradições revelam o caráter ambíguo da modernidade brasileira: um Estado que se afirmava livre e civilizado, mas cuja base econômica e social permanecia

excludente. A convivência entre liberalismo político e escravidão expressa um projeto de modernidade seletiva, que concedia cidadania apenas a um grupo restrito. Nesse cenário, o discurso de progresso funcionava como instrumento de legitimação das hierarquias de gênero e raça, convertendo a desigualdade em parte do “natural” funcionamento da sociedade imperial.

Dito isso, este capítulo busca compreender o panorama histórico e social desse período, examinando as relações entre estrutura política, ordem patriarcal e desigualdades de gênero, a partir das perspectivas analisadas por autoras e autores que investigaram o século XIX brasileiro sob a ótica da História das Mulheres e das relações de poder.

Durante o Império, o país viveu o desafio de consolidar sua soberania e definir os contornos de sua identidade nacional. A independência política de 1822 não significou ruptura com a herança colonial, mas antes a continuidade de suas estruturas de dominação econômica e social. Como aponta Lyra (2006), a formação do Estado Imperial se deu em meio a uma frágil separação entre o público e o privado: os grupos de poder transitavam entre ambos os espaços, articulando seus interesses na construção de um Estado centralizado e excludente. A monarquia constitucional mantinha-se apoiada em uma elite agrária e escravocrata, cujo domínio se estendia tanto sobre as instituições públicas quanto sobre a organização da vida cotidiana.

Essa permeabilidade entre o público e o privado evidenciava não apenas a confusão institucional do período, mas também a naturalização do poder masculino. O Estado refletia a lógica doméstica do patriarcado, em que o homem — chefe de família — era também o chefe político. Assim, a construção do Estado nacional consolidou a exclusão feminina da esfera pública, ao mesmo tempo em que reforçava a autoridade masculina como princípio organizador da sociedade.

Nesse contexto, o sistema patriarcal consolidou-se como uma das colunas de sustentação da ordem social. Entendido como um regime de autoridade masculina, o patriarcado do século XIX operava por meio da subordinação legal, moral e simbólica das mulheres, das crianças e das pessoas escravizadas ao poder do homem — pai, marido ou senhor. Conforme destaca Sanches (2008), tratava-se de uma sociedade conservadora, profundamente moralista e estruturada por normas de conduta que visavam manter a “ordem” e a hierarquia. A mulher, em especial, era confinada ao espaço doméstico e avaliada pela moral católica que definia virtudes como docilidade, pureza e submissão. Essa concepção de feminilidade reforçava a separação entre os mundos público e privado, tornando o lar o local “natural” da mulher e o espaço político um domínio exclusivo dos homens.

A ideologia patriarcal associava-se a um discurso médico, religioso e jurídico que legitimava a inferioridade feminina. Del Priore e colaboradores (2004) observam que o século XIX foi também o século do romance, gênero literário que difundiu o ideal da mulher como “anjo do lar” — figura moralizadora, maternal e dócil, símbolo da virtude doméstica. Essa construção literária e cultural não era neutra: servia à consolidação dos valores burgueses e à naturalização das diferenças de gênero. Telles (2004) complementa que, ao definir a mulher como ajudante do homem e educadora dos filhos, o discurso burguês vinculava o feminino à natureza e à emoção, em oposição à razão e à cultura, atributos tidos como masculinos. Assim, a mulher era vista como o “outro” — o ser a ser guiado, dominado e controlado —, enquanto o homem encarnava o sujeito racional e produtor da cultura.

A educação feminina, como ressalta Santana (2014), assumiu papel central nesse projeto de controle social. O ensino voltado às mulheres tinha por objetivo formar esposas e mães dedicadas, e não cidadãs autônomas. A instrução limitava-se às

chamadas “prendas domésticas”, reforçando o confinamento da mulher ao lar e sua exclusão dos espaços de saber e poder. Ao mesmo tempo, a expansão do ensino elementar e a lenta abertura de escolas femininas no Império indicam tensões e transformações graduais. As tentativas de educar a mulher, ainda que sob moldes patriarcais, permitiram-lhe algum contato com a leitura e a escrita — instrumentos que, mais tarde, serviriam como vias de contestação e emancipação.

A partir da segunda metade do século XIX, algumas mulheres começaram a romper os limites impostos. Autoras como Nísia Floresta, Narcisa Amália e Júlia Lopes de Almeida desafiaram o monopólio masculino da palavra escrita, denunciando a desigualdade e reivindicando a instrução como direito (Telles, 2004). Ainda que cercadas por preconceitos, essas escritoras inauguraram espaços de expressão feminina no mundo das letras, transformando o ato de escrever em forma de resistência cultural. O surgimento de jornais e periódicos voltados às mulheres, como “O Sexo Feminino” (1873), analisado por Menegatt (2024), revela a busca por participação pública, ainda que mediada pelas convenções morais do tempo. Nesses impressos, discutiam-se a educação, o casamento e a desigualdade racial e social que atravessava o universo feminino.

Contudo, o patriarcado não se manifestava de maneira homogênea. Enquanto as mulheres brancas da elite ocupavam o papel idealizado de guardiãs da moral e da família, as mulheres negras e pobres eram empurradas para as margens da sociedade. Menegatt (2024) aponta que o discurso que pretendia criar uma “mulher universal” invisibilizava a mulher negra, cujas experiências não cabiam no modelo burguês. Para elas, o espaço privado não significava refúgio, mas extensão do trabalho forçado e da exploração. A abolição da escravidão, em 1888, não lhes garantiu cidadania plena; continuaram a enfrentar a exclusão econômica e o estigma social que as afastava dos ideais de feminilidade difundidos pela elite.

A análise da mulher negra nesse contexto permite compreender que o patriarcado brasileiro era atravessado por hierarquias raciais. O modelo de “mulher universal” funcionava como instrumento de apagamento das diferenças, reforçando a centralidade do olhar branco e burguês. No entanto, as experiências das mulheres negras revelam que a resistência também se fazia na sobrevivência cotidiana — na religiosidade, no trabalho e na maternidade —, dimensões que redefinem o conceito de protagonismo feminino no século XIX.

O patriarcado oitocentista estava intimamente ligado à estrutura escravista e às políticas de controle moral e racial. Sanches (2008, p. 79) demonstra que as mulheres e os “vadios” eram constantemente vigiados e punidos, pois representavam desvios da ordem social e sexual. O controle da sexualidade feminina e da vida doméstica era peça-chave para a manutenção do poder masculino e da moralidade pública. Assim, o corpo da mulher — especialmente o corpo negro — tornava-se campo de disputa entre moral, ciência e religião, submetido à tutela médica e ao olhar punitivo das instituições.

Mesmo diante dessas restrições, a presença das mulheres na cena pública foi mais expressiva do que muitas vezes se supõe. Lyra (2006, p. 107-108) destaca que, durante o Império, grupos de mulheres elaboraram manifestos políticos, assinaram petições e fundaram associações abolicionistas, reivindicando voz em causas coletivas. Embora privadas dos direitos políticos formais, como o voto ou o exercício de cargos públicos — negados até mesmo à princesa Isabel, conforme discute Chimenez et al. (2020) —, essas mulheres atuaram em espaços de mobilização que tensionavam as fronteiras entre o doméstico e o público. Essa atuação revela que a história do Brasil Imperial não se resume ao domínio masculino, mas inclui formas plurais de resistência feminina e popular.

A virada do século XIX para o XX trouxe transformações graduais nesse panorama. A urbanização, a imprensa e as reformas educacionais abriram novas brechas para a presença das mulheres em espaços antes interditos. Telles (2004) observa que o “anjo do lar” começa a dar lugar a figuras mais complexas, como a mulher letrada, a professora, a escritora — e também à mulher histérica, retratada pela literatura e pela medicina como desvio da norma. Essas representações evidenciam o embate entre modernidade e tradição, entre o desejo de emancipação e os mecanismos de controle que persistiam sob novas formas.

Assim, tem-se que o Brasil Imperial foi um território marcado pela convivência entre avanços institucionais e permanências estruturais. A modernização política coexistiu com o escravismo; a construção do Estado liberal, com a exclusão social; e o discurso de civilização, com a violência simbólica e moral do patriarcado. Como demonstram as autoras analisadas, a história social do Império não pode ser compreendida sem considerar a dimensão de gênero, que atravessa as relações de poder, a produção cultural e o imaginário social. O patriarcado oitocentista não apenas moldou as relações familiares e a moral pública, mas definiu quem podia ser sujeito de direitos, de voz e de história. E foi contra essas amarras que as mulheres, com diferentes cores, classes e origens, começaram a escrever — literalmente — os primeiros capítulos de sua própria emancipação.

3.2 O cotidiano e os papéis sociais femininos no Brasil imperial

O cotidiano feminino no Brasil Imperial expressava de forma contundente as contradições e desigualdades estruturais que atravessavam a sociedade oitocentista. A organização patriarcal e escravocrata do período produzia uma rígida hierarquia de papéis sociais, na qual o lugar da mulher era definido pela cor da pele, pela condição jurídica e pela classe social. Enquanto às mulheres brancas e burguesas cabia o papel de guardiãs da moral e dos costumes, às mulheres negras — sobretudo as escravizadas — eram destinados os espaços do trabalho forçado, da violência e da invisibilidade. Entre a domesticidade e a servidão, as experiências femininas revelam tanto as formas de dominação quanto as possibilidades de resistência inscritas no cotidiano.

A vida cotidiana das mulheres brancas da elite se desenrolava em um universo cuidadosamente regulado pela moral religiosa e pelas convenções sociais. Como observa Del Priore e colaboradores (2004), o século XIX foi marcado pela difusão do ideal burguês da “mulher virtuosa”, cuja função primordial era o zelo pela família e pelo lar. A literatura romântica, em especial, serviu de instrumento para consolidar esse modelo de feminilidade, apresentando a mulher como o “anjo do lar” — símbolo da pureza, da docilidade e da obediência. Telles (2004) acrescenta que, no ideário burguês, a mulher foi concebida como auxiliar do homem e educadora dos filhos, vinculada à natureza e à emoção, em contraposição ao homem racional e produtivo. Assim, o espaço doméstico se tornou o cenário privilegiado da atuação feminina, configurando-se como extensão da ordem moral e patriarcal.

As mulheres burguesas eram socializadas desde cedo para desempenhar papéis de docilidade e recato. A educação feminina, restrita às “prendas domésticas”, tinha por objetivo prepará-las para o casamento, e não para a vida pública. Nas escolas destinadas às meninas, ensinava-se a costurar, bordar, cuidar dos filhos e administrar o lar. O acesso à leitura e à escrita, quando permitido, era limitado a textos religiosos e morais, voltados para a consolidação do ideal de feminilidade submissa. Santana (2014)

explica que a instrução feminina era vista como instrumento de controle, e não de emancipação, uma vez que visava reforçar a obediência ao pai e ao marido, e perpetuar a autoridade masculina no interior das famílias.

O cotidiano da mulher burguesa estava, portanto, condicionado à domesticidade. O lar, concebido como espaço de virtude e moralidade, funcionava também como espaço de vigilância e confinamento. Sanches (2008) observa que o século XIX foi permeado por um conservadorismo moral intenso, no qual as mulheres eram “constantemente cerceadas em padrões de gênero fechados”, obrigadas a manter uma imagem pública de recato e dependência. A vida social das mulheres de elite limitava-se a visitas familiares, eventos religiosos e festas cuidadosamente reguladas. Sua reputação era seu principal patrimônio, e qualquer desvio de conduta podia resultar em exclusão social.

Mesmo diante dessas restrições, o espaço doméstico não era isento de tensões. Telles (2004) afirma que as mulheres, enclausuradas em casas e sobrados, experimentavam um profundo sentimento de alienação, que as levava, muitas vezes, a escrever em segredo — diários, cartas e cadernos íntimos — como forma de dar voz a si mesmas. Esses “cadernos goiabada”, como os denomina Lygia Fagundes Telles ao referir-se às primeiras tentativas de expressão feminina, representam um dos poucos espaços de subjetividade possível para a mulher oitocentista. A escrita, mesmo limitada, tornava-se um gesto de resistência simbólica, uma maneira de afirmar a própria existência dentro de um mundo que lhe negava autonomia.

Em contraste com o cotidiano burguês, a vida das mulheres negras, escravizadas ou libertas, era marcada pela exploração física e pelo controle violento de seus corpos e de seu trabalho. Enquanto as senhoras de elite se dedicavam à preservação da moral familiar, as mulheres negras sustentavam o cotidiano dessas famílias com o suor e a servidão. Sanches (2008) evidencia que o século XIX foi um período de intensificação da violência de gênero e de classe, no qual as mulheres escravizadas eram tanto vítimas quanto sobreviventes de uma ordem social profundamente hierarquizada. Submetidas à dupla opressão do patriarcado e da escravidão, desempenhavam papéis múltiplos — domésticas, amas de leite, lavadeiras, cozinheiras, trabalhadoras do campo —, muitas vezes expostas à exploração sexual e às punições corporais.

A mulher negra, nesse contexto, não era vista como sujeito moral ou social, mas como mera força de trabalho e objeto de desejo. Menegatt (2024) observa que o discurso da “mulher universal” criado pelo feminismo burguês oitocentista excluía completamente as experiências das mulheres negras, que não se encaixavam no ideal de virtude e pureza difundido pela elite. Se à mulher branca cabia o silêncio respeitável, à mulher negra impunha-se o silêncio pela violência. A ausência de direitos e a precariedade das condições de vida tornavam o cotidiano da mulher escravizada uma luta constante pela sobrevivência. Ainda assim, a resistência feminina se manifestava em gestos cotidianos — na solidariedade entre mulheres, nas práticas religiosas afro-brasileiras, nas fugas e nas pequenas transgressões à autoridade senhorial.

A diferença entre os cotidianos feminino e masculino no Brasil Imperial também refletia as desigualdades raciais e de classe. Enquanto os homens brancos ocupavam o espaço público — na política, no comércio, na administração —, as mulheres, tanto brancas quanto negras, permaneciam sob tutela. A lei civil negava-lhes autonomia jurídica e restringia sua capacidade de agir. Como demonstra Perosa (2017), as mulheres eram consideradas legalmente “incapazes de falar por si”, subordinadas à vontade do pai ou do marido. Essa incapacidade civil reforçava a ideia de que a mulher não era cidadã plena, mas dependente e passiva. O patriarcado, nesse sentido, não

era apenas uma estrutura moral, mas também uma instituição jurídica que definia a posição social de cada indivíduo.

Os papéis sociais femininos, embora rigidamente demarcados, não eram estáticos. As transformações políticas e culturais do final do século XIX — a urbanização, o crescimento da imprensa, a abolição da escravidão — criaram novas possibilidades de atuação para as mulheres. Lyra (2006) destaca que, mesmo confinadas ao espaço privado, as mulheres participaram de movimentos abolicionistas e causas públicas, redigindo manifestos e promovendo associações políticas femininas. Essa atuação, ainda que restrita, revela que o cotidiano feminino podia ser também um espaço de mobilização e resistência. O gesto de escrever, reunir-se e discutir ideias significava desafiar as fronteiras impostas pela sociedade patriarcal.

A presença feminina no mundo das letras, conforme analisa Telles (2004), foi um dos indícios mais expressivos dessa transformação. Mulheres como Nísia Floresta e Narcisa Amália utilizaram a escrita como meio de denunciar a hipocrisia da moral burguesa e questionar os papéis sociais que lhes eram atribuídos. Ao escrever sobre o amor, a maternidade ou a educação, elas revelavam as contradições de uma sociedade que as exaltava como símbolo da pureza, mas as mantinha subordinadas. O simples ato de escrever constituía, portanto, uma forma de insurgência silenciosa, um modo de afirmar a existência de um pensamento feminino em meio ao domínio masculino da cultura.

No entanto, o contraste entre as experiências da mulher branca e da mulher negra persistiu como uma das marcas mais cruéis do Brasil Imperial. Enquanto a burguesa vivia sob o jugo da moral e da clausura, a mulher negra enfrentava o peso do trabalho e da violência. Uma e outra eram prisioneiras do mesmo sistema patriarcal, ainda que de formas distintas. A primeira era idealizada e tutelada; a segunda, explorada e punida. Menegatt (2024) afirma que a tentativa de criar uma imagem única de mulher apagou as diferenças de raça e classe, perpetuando a exclusão da mulher negra dos espaços de representação e de fala. Nesse sentido, o patriarcado brasileiro deve ser compreendido não apenas como uma estrutura de gênero, mas como um sistema interseccional de poder, no qual raça e classe desempenham papel central.

Apesar das opressões, a vida cotidiana das mulheres no Brasil Imperial não se reduzia à passividade. Em seus gestos, palavras e silêncios, as mulheres construíam formas de resistência, por vezes invisíveis, mas profundamente significativas. Aquelas que ousaram escrever, ensinar, trabalhar ou simplesmente sonhar com uma vida diferente lançaram as bases para a lenta transformação social que se seguiria. Como sugere Telles (2004), ao “matar o anjo do lar” — a imagem idealizada da mulher dócil e submissa —, as escritoras e mulheres do século XIX abririram caminho para o reconhecimento do feminino como sujeito histórico e criador. Já as mulheres negras, cuja luta se travava no terreno do corpo e do trabalho, resistiram afirmando a vida, a solidariedade e a dignidade diante da violência cotidiana.

Assim, o cotidiano feminino no Brasil Imperial revela a complexa tessitura de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela resistência. Entre o bordado e a enxada, entre o caderno e a senzala, as mulheres teceram, cada uma à sua maneira, os fios de uma história que não lhes era permitida contar. O contraste entre a mulher burguesa e a mulher negra não deve ser visto apenas como oposição, mas como parte de uma mesma estrutura de dominação que, ao longo do tempo, seria tensionada por ambas. A vida cotidiana, em sua dimensão silenciosa e persistente, foi o espaço em que as mulheres — de todas as cores e condições — começaram a subverter, ainda que timidamente, os alicerces do patriarcado que as aprisionava.

3.3 Formas de resistência e construção de espaços de autonomia feminina

O Brasil Imperial, edificado sobre os alicerces do patriarcado, da escravidão e da hierarquia social, parecia não deixar margem para a autonomia das mulheres. No entanto, foi justamente nesse ambiente de controle moral, jurídico e simbólico que se delinearam variadas formas de resistência e criação de espaços de atuação feminina. Essas resistências — ora discretas e cotidianas, ora explícitas e organizadas — revelam que, mesmo em meio à subordinação e à vigilância, as mulheres foram agentes de transformação social e cultural. Suas práticas, palavras e silêncios reconfiguraram os limites do possível dentro de uma ordem que buscava reduzi-las à obediência e ao anonimato.

É importante compreender, contudo, que essas transformações não devem ser lidas como rupturas imediatas, mas como fissuras graduais no edifício patriarcal. As resistências femininas não anularam o domínio masculino, mas revelaram sua fragilidade e os espaços de negociação possíveis dentro dele. Cada gesto de autonomia — por menor que fosse — reconfigurava os contornos da obediência e redefinia o sentido de “feminino” no Brasil oitocentista, demonstrando que o poder patriarcal era sustentado tanto pela coerção quanto pelo consentimento social.

A resistência feminina no século XIX brasileiro deve ser compreendida em sua multiplicidade. A condição de gênero se articulava a fatores como classe, cor e posição social, definindo diferentes modos de enfrentamento da dominação. As mulheres brancas da elite, as mulheres pobres e as mulheres negras, escravizadas ou libertas, partilhavam uma realidade de exclusão, mas a vivenciavam de formas distintas. Como analisa Sanches (2008), a sociedade imperial era profundamente moralista e autoritária, e buscava enquadrar tanto as mulheres quanto os “vadios” e os escravos em rígidos códigos de conduta. Essa tentativa de controle, paradoxalmente, gerou brechas por onde emergiram gestos de resistência — individuais ou coletivos — que, embora sutis, corroíam as bases simbólicas da ordem patriarcal.

Entre as mulheres da elite, a escrita e a leitura foram instrumentos decisivos na busca por autonomia. Mesmo que a educação feminina tivesse como objetivo principal moldar boas esposas e mães — o que Santana (2014) identifica como “instrução moral e doméstica” —, o simples acesso à palavra escrita possibilitou a construção de subjetividades femininas mais complexas. Telles (2004) explica que, excluídas da criação cultural e confinadas ao espaço privado, muitas mulheres escreveram diários, cartas e reflexões íntimas como forma de preservar um espaço de individualidade. Esses escritos, ainda que destinados ao esquecimento, representavam o início de um processo de autoafirmação intelectual e emocional. Ao escrever, a mulher burguesa apropriava-se de uma linguagem que historicamente lhe fora negada, e transformava o ato de registrar em uma forma de resistência simbólica.

Tais práticas de escrita revelam que a resistência feminina nem sempre se expressa por meio do confronto direto, mas também pela criação de subjetividades alternativas. O ato de narrar a própria experiência rompeu com o silêncio imposto às mulheres, afirmado a legitimidade de suas emoções e reflexões. Assim, a palavra escrita funcionou como território simbólico de emancipação, no qual a mulher pôde se reconhecer como sujeito pensante, mesmo quando a sociedade insistia em tratá-la como objeto do discurso masculino.

Esse movimento ganhou expressão mais ampla a partir da segunda metade do século XIX, quando algumas mulheres passaram a publicar em jornais e revistas. Autoras como Nísia Floresta, Narcisa Amália e Júlia Lopes de Almeida desafiaram o

monopólio masculino da palavra e da moral pública. Segundo Telles (2004), essas escritoras compreenderam que, para se tornarem criadoras, precisavam “matar o anjo do lar”, libertar-se da imagem idealizada da mulher dócil e submissa. A escrita tornava-se, portanto, um espaço de insurgência — um modo de enfrentar o confinamento simbólico imposto pela cultura patriarcal. Ao narrar suas próprias experiências, elas inauguravam um discurso de mulher sobre a mulher, substituindo o olhar masculino pelo olhar de si mesmas.

Ao lado da escrita, outras práticas também revelavam estratégias femininas de autonomia. Lyra (2006) mostra que, no cenário político do Império, grupos de mulheres participaram ativamente de manifestações públicas, redigiram petições e organizaram associações abolicionistas. Essas ações, embora muitas vezes invisibilizadas pela historiografia tradicional, demonstram que o engajamento político feminino não era inexistente, mas frequentemente deslocado para formas coletivas e solidárias de atuação. Mesmo sem o direito ao voto ou à representação institucional — negados inclusive à princesa Isabel, conforme observa Chimenez et al. (2020) —, as mulheres encontraram modos de interferir nas discussões públicas e de se fazer ouvir por meio de discursos e gestos coletivos.

A presença feminina nesses espaços políticos questiona a própria definição de cidadania no Brasil imperial. Ao participar de campanhas e associações, as mulheres reivindicavam não apenas causas específicas, mas o reconhecimento simbólico de sua voz pública. Essa atuação demonstra que o político ultrapassa as fronteiras institucionais: ao escrever, reunir-se ou educar outras mulheres, elas produziram uma forma alternativa de cidadania, construída a partir da solidariedade e da prática comunitária, antecipando debates que se consolidariam apenas no século XX.

Essas mobilizações femininas articulavam-se também à expansão da imprensa, que, segundo Martins e Costa (2024), foi um dos principais veículos de difusão de ideias liberais e de contestação social no século XIX. A liberdade de imprensa, conquistada em 1821, abriu espaço para debates sobre cidadania, educação e moral. Nesse ambiente, surgiram periódicos femininos como o “Jornal das Senhoras” (1852) e o “O Sexo Feminino” (1873), que, conforme analisa Menegatt (2024), se tornaram instrumentos de reivindicação do espaço público e de denúncia das desigualdades entre homens e mulheres. Esses impressos, escritos e dirigidos por mulheres, representavam uma conquista simbólica: o direito à palavra. Neles, as mulheres não apenas reproduziam as normas sociais, mas também questionavam os limites de seu próprio papel na sociedade imperial.

Contudo, as formas de resistência não se limitavam à esfera letrada. As mulheres negras e escravizadas desenvolveram modos específicos de luta, enraizados em suas experiências de opressão e sobrevivência. Sanches (2008) descreve como essas mulheres, submetidas ao trabalho forçado e à violência cotidiana, protagonizaram gestos de insubordinação que variavam desde fugas e sabotagens até alianças de solidariedade. A religiosidade afro-brasileira, por exemplo, foi um espaço fundamental de resistência cultural e espiritual, permitindo que mulheres negras preservassem suas memórias e identidades sob o manto da devoção católica. No campo e nas cidades, a oralidade, os cantos e as festas populares funcionavam como linguagens de resistência, desafiando a lógica da submissão.

Ao analisar o lugar das mulheres negras no final do século XIX, Menegatt (2024) enfatiza que a criação de uma “mulher universal” — modelo idealizado pela cultura burguesa — apagou a presença das mulheres negras do discurso sobre emancipação. Entretanto, a ausência nos registros não significa ausência de ação. As mulheres escravizadas resistiram em silêncio, transformando o cotidiano em território político.

Sua luta não se dava nas letras, mas nos corpos e nas práticas: cuidar dos filhos de outras mulheres, alimentar famílias inteiras, negociar liberdade, escapar de senhores. Essa resistência cotidiana, como evidenciado por Sanches (2008), era também uma forma de afirmar humanidade diante de um sistema que as desumanizava.

A abolição da escravidão em 1888 e as mudanças urbanas e culturais do período republicano não apagaram essas desigualdades, mas ampliaram as possibilidades de expressão feminina. O final do século XIX, como descreve Telles (2004), foi marcado pela emergência de novas figuras femininas na literatura e na vida pública — a professora, a jornalista, a escritora —, que começaram a romper o confinamento doméstico. Ao mesmo tempo, a figura da mulher “histérica”, analisada pela autora, refletia a tentativa médica de patologizar toda mulher que se afastasse do ideal de docilidade. Assim, o discurso científico do período tentou reapropriar-se da rebeldia feminina, classificando-a como doença ou desvio. Mas, ainda que medicalizada ou moralmente condenada, a mulher que ousava pensar e escrever desestabilizava os alicerces de uma ordem que a queria muda e imóvel.

As resistências femininas no Brasil Imperial, portanto, não podem ser compreendidas apenas como episódios isolados, mas como parte de um processo contínuo de construção de autonomia. Essa autonomia não se restringia à conquista de direitos políticos — ausentes à época —, mas manifestava-se na reconfiguração dos espaços simbólicos e culturais. Ao apropriar-se da escrita, ao organizar-se politicamente, ao educar outras mulheres, ou simplesmente ao sobreviver com dignidade, cada mulher que resistiu contribuiu para o alargamento dos limites do possível. A resistência feminina foi, nesse sentido, uma pedagogia da liberdade, construída passo a passo, palavra a palavra, gesto a gesto.

A força desse movimento reside exatamente em sua pluralidade. As mulheres burguesas, confinadas em suas casas, romperam o silêncio ao escrever. As mulheres negras, exploradas e violentadas, resistiram ao transformar o trabalho, a fé e a solidariedade em armas simbólicas. As mulheres da classe média emergente encontraram na educação e na imprensa o caminho para a participação pública. Todas elas, em suas diferenças, subverteram o papel que lhes foi imposto, redefinindo o significado de ser mulher em uma sociedade que lhes negava voz e autonomia.

Assim sendo, observa-se que o legado dessas resistências se manifesta não apenas nas conquistas posteriores, mas na própria consciência de que o feminino é também produtor de história. Como observa Telles (2004), o ato de escrever, de pensar e de criar tornou-se a forma mais profunda de insurgência contra o patriarcado. Ao romper o espelho em que por séculos se viram apenas como reflexo do homem, as mulheres oitocentistas começaram a se reconhecer como sujeitos de si mesmas — e, com isso, inauguraram os primeiros espaços reais de autonomia feminina no Brasil.

4. CONCLUSÃO

A análise do papel social e das formas de resistência das mulheres no Brasil Imperial evidencia a complexidade das relações de poder que moldaram a experiência feminina ao longo do século XIX. Embora submetidas a um regime patriarcal que restringia sua atuação ao espaço doméstico e às funções de cuidado, as mulheres não se limitaram a ocupar uma posição passiva dentro da ordem social. Ao contrário, desenvolveram estratégias múltiplas — algumas discretas, outras abertamente contestatórias — que revelam sua condição de agentes históricos capazes de atuar, negociar e resistir, mesmo dentro de estruturas profundamente excludentes.

Os resultados deste estudo demonstram que a rigidez das normas de gênero não impediu que mulheres, pertencentes a distintas classes, raças e regiões, construíssem formas próprias de intervenção no cotidiano. Em meio às desigualdades sociais, a resistência manifestou-se tanto na gestão econômica dos lares e na participação em atividades produtivas quanto no engajamento em movimentos políticos e culturais, como o abolicionismo e a atuação na imprensa. Essas práticas, ainda que frequentemente invisibilizadas pela historiografia tradicional, mostram que a agência feminina no Brasil Imperial foi mais plural e dinâmica do que sugerem as narrativas centradas exclusivamente na subordinação.

Ao descrever as representações sociais atribuídas às mulheres e seus efeitos sobre a vida cotidiana, esta pesquisa evidencia o impacto de valores morais e da educação na reprodução do ideal de feminilidade vigente. No entanto, esses mesmos espaços — a família, a escola, o trabalho, a religião — também foram ambientes nos quais as mulheres exerceram resistências silenciosas, desestabilizando expectativas sociais e ampliando, ainda que de maneira incremental, seus horizontes de autonomia. A tensão entre controle patriarcal e práticas de resistência revela que a experiência feminina no período imperial deve ser compreendida não como estática, mas como resultado de disputas constantes por reconhecimento e agência.

Além disso, a investigação das diferenças de classe e raça demonstrou que as desigualdades estruturais influenciaram fortemente tanto as formas de opressão quanto as possibilidades de resistência. Mulheres negras escravizadas, por exemplo, elaboraram estratégias específicas de sobrevivência, fuga e solidariedade comunitária, enquanto mulheres brancas de elite recorreram sobretudo a mecanismos discursivos, educacionais e culturais para tensionar as normas vigentes. Essa diversidade de experiências reforça a necessidade de pensar o papel feminino no Brasil Imperial de forma interseccional, reconhecendo que gênero não pode ser analisado isoladamente das demais dimensões sociais.

Ao identificar e discutir essas múltiplas expressões de resistência, este estudo contribui para ampliar a compreensão da história social brasileira, integrando à análise histórica vozes e experiências tradicionalmente marginalizadas. A constatação de que as mulheres atuaram como agentes transformadoras — ainda que dentro de margens estreitas — permite reinterpretar a formação das relações de gênero no país e ilumina permanências e rupturas que se projetam até o presente.

Por fim, ao recuperar e valorizar essas trajetórias, reafirma-se a importância de revisitá-las criticamente para compreender os desafios contemporâneos relacionados à igualdade de gênero. As práticas de resistência identificadas no Brasil Imperial não apenas revelam a historicidade das lutas femininas, mas também oferecem subsídios para reflexões atuais sobre as persistentes estruturas patriarcais. Assim, este trabalho reforça que a história das mulheres é parte indissociável da história do Brasil e deve seguir ocupando espaço central nas análises que buscam compreender a formação e transformação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- CHIMENEZ, A. C. de O.; RONCATO, C. L.; GITIRANA, J. H. A construção da mulher como sujeita constitucional na história brasileira: a princesa imperial e os direitos políticos. **Caderno PAIC**, [S. I.], v. 21, n. 1, p. 577–600, 2020. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.emnuvens.com.br/cadernopaic/article/view/424>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 3, p. 105-122, 1 maio 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alb/article/view/11637>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- MARTINS, Ana Luzia Pereira; COSTA, Isadora de Mélo Escarrone. Entre silenciamentos e fissuras nas zonas proibidas: mulheres em cena na construção do Brasil Império. **Sillogés**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1–19, 1 jun. 2024. Disponível em: <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/16>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- MENEGATT, Karen. Entre o público e o privado: os lugares das mulheres burguesas e das mulheres negras no final do século XIX. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 20, p. 215634, 2024. DOI: 10.11606/issn.2179-5487.20.2024.215634. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ran/article/view/215634>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- PEROSA, Julia Balbinotti. “**Incapazes de falar por si**”: as mulheres no direito brasileiro do século XIX. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179745/TCC_Julia_Balbinotti_Perosa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 ago. 2025.
- SANCHES, Nanci Patrícia Lima. Fora do tom, fora da ordem: vadios, mulheres e escravos no império do Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, [S. I.], v. 17, n. 1, p. 79–93, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/380>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- SANTANA, Ramon Ferreira. A instrução da fêmea: a educação da mulher brasileira no século XIX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 7, n. 12, p. 137–150, 2014. DOI: 10.20952/revtee.v0i0.2961. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2961>. Acesso em: 24 nov. 2025.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.